

Política cultural António Pinto Ribeiro

Eduardo Lourenço, anticolonialista

Em *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, Eduardo Lourenço afirma a sua rebeldia intelectual, afrontando toda uma tradição de pensamento sobre Portugal.

Eduardo Lourenço acaba de publicar um conjunto de textos, alguns não datados, outros datados de entre 1958 e 2003, sob o título *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. Ali reúne escritos sobre o colonialismo português, os seus modos, a sua história e sobre a relação de Portugal com o Brasil, com as ex-colónias africanas (muito em especial com Angola) e com Timor.

Como em outras obras do autor – *Heterodoxia* (I e II), *O Labirinto da Saudade*, *Psicanálise Mítica do Destino Português*, *O Esplendor do Caos*, *O Canto do Signo* –, o título

ENRICH VIVES-RUBIO



Durante muito tempo, Lourenço foi um pensador solitário perante a literatura medíocre produzida sobre África em língua portuguesa

assume a figura do revés: não propriamente de um desconstrutivismo “à maneira de Derrida”, mas de uma desconstrução a partir do interior de narrativas e factos que construíram o imaginário português. Por via desse desejo (que se vem revelando permanente) de entender o seu país, Eduardo Lourenço – estou em crer que contra a sua própria vontade – acabaria por ser remetido para o estatuto do mais digno representante do pensar Portugal. A ambiguidade desse estatuto de estudioso eleito – como se ele fosse apenas herdeiro de Teixeira de Pascoaes e não, também, um céptico, leitor de Husserl, Kierkegaard, Sartre, Kafka – não deve fazer-nos esquecer que Lourenço é um singular pensador sem sistema de enclausuramento do mundo, um pensador de abertura, voluntariamente limitado a uma forma melancólica e breve de ensaio (“não há ensaísmo feliz”, já afirmou). Quando se coloca o autor como o pensador exclusivo do “ser português”, ignoram-se e marginalizam-se todos os outros momentos de uma obra de muita claridade (*O Espelho Imaginário*, *Tempo da Música*, *Música do Tempo*) ou de rebeldia (*Os Militares e o Poder*, *Situação Africana e Consciência Nacional*, *O Complexo de Marx*). Agora, muitos desses escritos ignorados integram o livro acima referido.

Em si, o título é já uma rebeldia contra toda uma tradição que vigora tanto na academia portuguesa como no sistema político-partidário, e que insiste em ignorar que o colonialismo – em especial, o português – não é objecto prioritário de estudo nem de política nacional e internacional. Essa afronta que o título carrega está presente na declaração de que o colonialismo é “o nosso impensado”. Ora, isso mesmo é provado em muitos dos textos que o volume reúne, confirmando o que afirmaram outros estudiosos, e em particular intelectuais estrangeiros como Michel Cahen quando escreve que a “produção de um pensamento

crítico português relativo a África apareceu lentamente, só depois dos desvios neoliberais da década de 90 e mais declaradamente no princípio deste século” (*Approches postcoloniales: quels usages, quels instruments?*). Lourenço coloca-se com este título no plano de uma ontologia sobre Portugal que se torna impossível de rebater por parte dos que insistem em vê-lo como pensador da tradição portuguesa – e isso revela uma enorme ousadia e rebeldia.

O ensaísta apresenta a natureza de tal impensado: por ser proibido na ditadura, mas também por impreparação intelectual, quer dos ultranacionalistas africanos, quer da oposição democrática (que “nunca teve ideias, nem muito claras, nem muito liberais sobre África”, p. 52), por efeito da propaganda dos bispos e do regime e pelo logro das teorias multirraciais de Gilberto Freyre, ao disfarçarem o racismo e o colonialismo (“Tais apologistas, fazendo pau de toda a colher, nem sequer se deram conta de que o ideal da miscigenação (mais a mais invocado pelo colonizador) não é outra coisa que a expressão suprema do Colonialismo, traduzida sob o plano do sexo”, p. 54).

Este impensado colonialismo não é, contudo, uma particularidade da ditadura, antes permanece, segundo Lourenço, depois da Revolução e até à actualidade. Já em 1974, no ensaio *Quantas políticas africanas temos nós?*, o autor referia a incapacidade de lidar com o colonialismo como “o pesadelo africano” – que não terminou a 25 de Abril. E, depois do 25 de Abril, tudo se passa como se não fosse necessário discutir o problema africano. Consequentemente, assiste-se ao escamoteamento deste problema, associado à instalação de um ressentimento próprio de quem vive no mal-estar das coisas não resolvidas ou apenas sublimadas através de uma hiperidentidade: “Sempre habitamos um espaço maior que nós” (p. 168), um espaço que era a ficção de que Angola e Moçambique eram Portugal, entretanto substituída, depois da “integração na Europa”, por essa

A rebeldia de Lourenço não está só na quebra do tabu de pensar o colonialismo, está também no vocabulário interventivo, quase guerrilheiro

outra ficção de que é como ter os Estados Unidos “ao pé da porta”.

Os primeiros textos deste volume datam de 1960, 1961, 1963. Neles, a rebeldia não está só na quebra do tabu de pensar o colonialismo, está também numa linguagem que reclama uma participação democrática sem qualquer ambiguidade e numa terminologia política onde a explicação histórica convive com um vocabulário interventivo, quase guerrilheiro – por exemplo: “festival do colonialismo que são as Comemorações Henriquinas” (p. 29), “Gilberto Freyre e suas burlescas invenções de erotismo serôdio” (p. 35).

Estava-se na década de 60, em Portugal ou em Vence, numa França vivendo o trauma da independência da Argélia, e qual não terá sido o sentimento de solidão intelectual vivido por Eduardo Lourenço! Porém, e aqui incompreensivelmente, renega os autores fundadores da negritude – Frantz Fanon, Alioune Diop, Senghor e os seus aliados, com destaque para Sartre –, a quem chama “masoquistas delirantes filhos de europeus nihilistas ou decepcionados”. Muito centrado nos problemas de Angola, Brasil e Timor, Lourenço não cita Amílcar Cabral, o mais lúcido dos independentistas das ex-colónias portuguesas. Pese embora nesta altura ainda não circularem abundantemente por França os estudos culturais e/ou pós-coloniais e a revisão das histórias de África estar ainda no início, este distanciamento terá o efeito de isolar Eduardo Lourenço no colonialismo português e de afastá-lo de experiências mais afirmativas relativas às teorias dos independentistas da Índia e de outros países africanos.

Durante o salazarismo, Lourenço tem um inimigo particular: o Presidente do Conselho. Depois, na democracia, confronta-se com a vacuidade dos políticos e da Comunidade dos Países língua portuguesa. Faz acompanhar as suas reflexões por Montaigne e pelo Padre António Vieira. É um pensador solitário perante a literatura medíocre produzida sobre África em a certeza de que muitos anos passarão até poder encontrar os seus leitores e os seus companheiros de debate. Depois de Maria Velho da Costa, António Lobo Antunes, Almeida Faria, Lídia Jorge, Olga Gonçalves (que nomeia), Lourenço pode contar hoje com uma nova geração de escritores, de cineastas e de documentaristas, de coreógrafos e de fotógrafos, de poetas e de ensaístas que, aqui em Portugal ou nas ex-colónias, não só não disfarçam o colonialismo português como sobre ele trabalham. Mesmo se é a própria Europa, mais tarde, a esconder o colonialismo, conforme afirma Lourenço ao concluir a obra. A rebeldia e o pensar continuam.